

Crítica Textual e Terminografia Diacrônica: bases para preparação da socioterminologia histórica

*Textual Criticism and Diachronic Terminography:
bases for the preparation of historical socioterminology*

Recebido em 18 de novembro de 2016. | Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v2i2.10004>

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo¹

Resumo: Este texto apresenta uma proposta de trabalho de edição semidiplomática e elaboração de um glossário terminológico seletivo e parcial de um manuscrito setecentista de temática militar que compõe o acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). Para seu desenvolvimento, adotaram-se princípios teóricos referentes ao trabalho da Crítica Textual e aos procedimentos de formulação de glossários terminológicos. Após a realização da edição semidiplomática e do glossário referente à terminologia de recursos humanos e postos de graduação do Exército de terra da fonte documental, chegamos à conclusão de que edições realizadas com critérios e rigor da Crítica Textual nos permitem um apanhado de dados mais confiável para trabalhos de cunho histórico, no caso em tela, de cunho socioterminológico-diacrônico.

Palavras-chave: Crítica Textual; Terminologia; Terminografia; Diacronia; Língua Portuguesa.

Abstract: This text presents a proposal for semidiplomatic editing work and the elaboration of a selective and partial terminology glossary of a seventeenth-century military manuscript that compiles the collection of the Manuscripts Section of the National Library Foundation of Rio de Janeiro. For its development, theoretical principles were adopted regarding the work of Textual Criticism and the procedures for the formulation of terminological glossaries. After the semidiplomatic edition and the glossary referring to the terminology of human resources and graduation posts of the documentary source Land Army, we have come to the conclusion that editions carried out with criteria and rigor of Textual Criticism allow us to obtain more reliable data for works of a historical nature, in the present case, of a socio-terminological-diachronic nature.

Keywords: Textual Criticism; Terminology; Terminography; Diachrony; Portuguese language.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA). Coordenador do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* de Sergipe (PHPB/SE). drumondalves@gmail.com.

Considerações Iniciais

O presente artigo apresenta como proposta uma edição semidiplomática e formulação de um glossário parcial e seletivo da terminologia militar constante em um manual de Tática para Infantaria, manuscrito em língua portuguesa, do século XVIII. Para a concretização da nossa proposta partimos de algumas perguntas que, originalmente, compuseram e nortearam a nossa problematização: a) Qual seria, para fins linguísticos, o tipo de edição mais viável de se realizar? e b) Como seria possível organizar sistematicamente essa terminologia para a realização do glossário do manuscrito que tomamos como *corpus*?

Assim, nosso trabalho está norteado pelos seguintes objetivos: a) discutir qual seria o melhor tipo de edição a fazer de um manual manuscrito de tática militar para a Infantaria do século XVIII; b) realizar e apresentar parcialmente a edição do manuscrito que tomamos como *corpus*; c) discutir critérios para formulação e organização de um glossário terminológico da fonte remanescente; e d) confeccionar e apresentar o respectivo glossário.

Para melhor organização progressiva das informações, dividimos nosso artigo em cinco seções. Na primeira, apresentamos a descrição material do *corpus*; na segunda, desenvolvemos uma discussão sobre a escolha do tipo de edição mais propícia para, em seguida, na terceira seção, definirmos as normas que a nortearam. Por uma questão de espaço, não é viável contemplar a edição completa. Desse modo, no apartado seguinte, exporemos apenas uma amostra da edição que realizamos da fonte documental. Em sequência, passamos a discutir sobre a elaboração do glossário terminológico para, então, apresentá-lo ao final.

1. Descrição material do *corpus*

A fonte documental selecionada intitula-se *Instruções militares que contém os princípios geraes de Tactica* e encontra-se sob a cota I-14,01,039 na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em forma de livro. A autoria do documento é de Antônio José Batista de Sá Pereira Carneiro e data de 1769. Esse material está constituído de 91 fólios de papel de média gramatura dispostos do seguinte modo:

- 01 fólio relativo à folha de guarda, com inscrições do título somente em seu recto;
- 02 fólios que compõem uma parte do texto intitulada de *prospecto*, contendo o segundo fólio somente inscrições em seu recto;
- 01 fólio relativo ao *prólogo* escrito em recto e verso;
- 02 fólios de dedicatória, não sendo o segundo fólio escrito no verso;
- 55 fólios escritos, sendo 54 em recto e verso, e o último deles somente em recto, correspondentes às instruções e princípios gerais de tática militar de infantaria;
- 20 fólios escritos de instruções de cavalaria;
- 01 fólio em branco, em recto e verso, entre o final da parte escrita e o início da seção de mapas, figuras e desenhos;
- 09 fólios de mapas, figuras e desenhos que ilustram a execução e formação dos movimentos estratégicos estipulados ao longo do texto.

Não há numeração de página em nenhum fólio dessa fonte. O texto está dividido em seis capítulos e cinco deles, por sua vez, em artigos. O primeiro capítulo tem 03 artigos, o segundo se constitui de 06, o terceiro de 03, o quarto de 08, o quinto não possui artigos e, por fim, o sexto de 06. Todas as divisões encontram-se indicadas por algarismos romanos e seguidas de índice.

A capa da encadernação é feita em cartão e mede 165 x 215 mm. O lombo, que tem aproximadamente 32 mm, é arredondado e possui o nome do autor escrito em letras douradas, abreviando os sobrenomes, com exceção do último. Já a dimensão dos fólios que contêm as instruções propriamente ditas é de 155 x 205 mm. Todas as margens são marcadas a lápis de cor avermelhada em todos os fólios escritos, seja em *recto* ou em verso. A mancha ou caixa de texto tem dimensão variável entre 145 e 140 mm x 195 e 190 mm, nas quais consegue dispor, em média, de um total de 19 a 25 linhas em coluna única. Os fólios relativos aos mapas, figuras ou desenhos têm dimensão maior que os demais, possuem de 305 a 320 mm x 205 mm e encontram-se dispostos ao final do livro,

seguindo os fólhos das instruções. Há marcas do carimbo da Real Biblioteca Nacional e essas aparecem tanto em alguns *recto* quanto verso dos fólhos, e de maneira descontínua e aleatória.

2. A Escolha do tipo de edição

Uma preocupação que sempre permeia o labor de edição de textos manuscritos é qual o tipo de edição que devemos confeccionar. Uma má formulação ou alterações significativas dos textos originais podem ocasionar sérios e graves problemas, principalmente se as edições servirão de base para estudos linguísticos. Então,

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas de variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a "corrigir" os textos que transcrevem, ferindo a autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenômenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise. (MAIA, 2012, p. 539)

Desse modo, a Crítica Textual apresenta-se como uma disciplina de suma importância. Realizar edições de textos, principalmente dos pertencentes aos períodos antigos das línguas, é uma necessidade de que se ressentem os historiadores da língua e os linguistas. Nas palavras de Mattos e Silva (2006, p. 13) "sem dúvida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para abrir caminhos para o conhecimento de sua língua." Dessa forma, observa-se a importância da atuação da Crítica Textual nesse contexto científico.

A Crítica Textual tem como objetivo principal, segundo Cambraia (2005), a restituição da forma genuína dos textos. Um texto ao ser reproduzido, por muitas vezes, não condiz com o original. Isto quer dizer que a cópia, geralmente, contém traços que podem ter sido proporcionados de acordo com a visão de quem a efetuou ou, até mesmo, por adaptações que lhe pareceram necessárias. Isso pode ocorrer, por exemplo, para tornar a mensagem mais clara ou para a correção de um suposto erro. Ainda de acordo com Cambraia (2005, p. 91), os tipos de edição podem, também, ser baseados na forma de estabelecimento do texto e são distribuídos em edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto), e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto). A proposta aqui apresentada trabalha com uma edição monotestemunhal, pois não se traçou como meta o confronto de mais de um testemunho e tampouco centramos nosso foco em levantar quantos eles são. Sendo assim, neste artigo a atenção está disposta somente no primeiro tipo de edição que, segundo a proposta de Cambraia (2005, p. 91-103), pode ser subdividido conforme o quadro abaixo.

<i>Tipos de Edição</i>	<i>Características</i>
Fac-similar	Reproduz-se a imagem de um testemunho somente através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanização etc.
Diplomática	Faz-se a transcrição exatamente como está escrito no modelo, como, por exemplo, sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular etc.
Paleográfica	Não é tão fiel ao modelo como a diplomática, fazendo assim com que a leitura seja mais fácil para o leitor que não é especialista.
Interpretativa	É a mais acessível de todas porque o texto passa por um processo de uniformização gráfica e oferece ao público um texto mais apurado. Os elementos estranhos à sua forma genuína vêm claramente assinalados.

Quadro 1. Tipos e definições de edições de documentos monotestemunhais segundo Cambraia (2005), baseado na proposta de Spina (1994).

A intenção das edições realizadas sob os preceitos da Crítica Textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Além disso, faz-se mister ressaltar que a acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma. Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização.

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15)

Logo, o tipo de edição a ser utilizada para estudos linguísticos deve atender, primeiramente, ao linguista e seus anseios. Além disso, a realização da edição que apresentaremos nesse espaço foi circunstanciada por certas vantagens: primeiramente, o acesso direto ao manuscrito não constituiu tarefa difícil, pois além da acessibilidade geográfica à documentação, contamos também com a permissão para o manuseio da fonte original. Já que o manuscrito se encontra em excelente estado de conservação, o acesso às informações nele contidas foi, com poucos problemas de caráter paleográfico, relativamente fácil. Por se tratar de documentação remanescente do século XVIII, o nosso conhecimento de natureza codicológica foi suficiente para a realização de um trabalho que pudesse reproduzir com fidelidade as características do original. Ademais, já que a edição foi realizada já vislumbrando que o público-alvo pudesse ser de linguistas/terminólogos, soube-se cuidar para que não se perdessem dados e informações relevantes no momento de editar a documentação. Esse cuidado é importante, pois,

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuado apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas). (CAMBRAIA, 1999, p. 14)

A partir das palavras do autor, percebe-se que as edições devem ser rigorosas e buscar a fidedignidade da reprodução do maior número de informações que possam ser extraídas no texto e do texto. Como os objetivos para a nossa edição já estão bem delimitados e sabemos que o nosso principal público-alvo são linguistas/terminólogos, partilhamos da opinião de Cambraia (1999) ao estabelecer a edição semidiplomática (ou paleográfica, ou paradiplomática, ou diplomático-interpretativa) como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos” (CAMBRAIA, 2005, p. 95), todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

Nesse tipo de trabalho filológico não há como desvincular o conhecimento linguístico do editor. As escolhas feitas para a realização da edição de textos de tempos pretéritos têm, em sua maior parte, embasamentos linguísticos direcionados ao tipo de pesquisa que se quer realizar.

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento de sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos. (MAIA, 2012, p. 540)

Como nosso objetivo é construir um glossário terminológico usando as unidades lexicais (termos) dessa fonte remanescente, muitas opções surgiram no momento de realizar a edição do *corpus*. Assim, todos os direcionamentos assumidos e configurados como normas para a edição do texto não desprezam ou minimizam, em hipótese alguma, as questões que possam envolver o fenômeno da variação. Inclusive, dentro da proposta de estudo da variação de caráter socioterminológico, Faulstich (1995) prevê que os registros de variantes dos termos são importantes para o entendimento dos contextos sociais, situacionais, espaciais e linguísticos. Corroborando com os nossos cuidados a respeito do tratamento do *corpus* e alinhado com as proposições por nós apresentadas, Schaetzen (1996) afirma que “o *corpus* é também o único lugar que evidencia as observações precisas sobre a evolução diacrônica dos vocábulos especializados, a análise do conteúdo socioterminológico e, ao mesmo tempo, funciona como um banco de dados para as indústrias da língua”² (SCHAETZEN, 1996, p. 57).

3. As normas de edição

Para realização da referida edição, serão empregadas as normas sugeridas por Cambraia (2005, p. 129-130). Optamos por seguir as normas oferecidas pelo autor por uma questão de consistência e adequação aos nossos intentos. O labor filológico de edição permite ao editor criar suas próprias normas adequadas ao tipo de edição que pretende realizar bem como, no caso de estudos linguísticos que dependem desta, ao tipo de tratamento que se vislumbra dar aos dados.

Certamente, nossa posição nesse trabalho poderia ser a de criar normas particulares. No entanto, na tradição de edição de textos, há alguns parâmetros consensuais que dispensariam a criação de normas inéditas, por exemplo, para desdobramento de abreviaturas ou para mudança de fôlio ou face da fonte documental. De acordo com Cambraia (2005, p. 110), “cada tipo de edição atende a uma finalidade, as normas devem possibilitar a satisfação de finalidade da edição”. A seguir, apresentamos as normas que nortearam a nossa proposta de edição.

- A. Os **caracteres alfabéticos** foram transcritos como caracteres romanos redondos, reproduzindo-se as diferenças de módulo. Os alógrafos contextuais foram uniformizados segundo a forma mais moderna. Quando houve mais de um tipo de caractere no modelo (como, por exemplo, capitulares), foi informado em nota. No caso de diferenças de tamanho que não configuraram diferenças de módulo, estas foram transcritas em caracteres redondos uniformizados com o restante do corpo do texto, marcados em negrito e informados em nota a sua particularidade (se são maiores ou menores que os caracteres da transcrição).
- B. Os **sinais abreviativos** foram todos desenvolvidos com base nas formas por extenso, presentes no modelo, transcrevendo em itálico os caracteres acrescentados em substituição ao sinal abreviativo. No caso de as abreviaturas pertencerem a uma língua diferente da língua do texto a ser editado, como latim ou grego, seu significado foi explicitado através de notas.
- C. Os **diacríticos** foram transcritos uniformizando os sinais segundo sua forma atual (mas mantendo seu uso tal qual no modelo). A uniformização dos diacríticos refere-se tão somente ao seu aspecto formal. A utilização do mesmo respeitou o uso apresentado no manuscrito, ainda que seja divergente do uso nos modelos atuais.
- D. Os **sinais de pontuação** foram transcritos fielmente segundo as formas presentes no modelo. Os sinais usados para a separação vocabular realizada por força da mudança de linha foram basicamente <-> e <=>.
- E. Os **caracteres de leitura duvidosa** foram transcritos entre colchetes simples []. Ainda que em Cambraia (2005, p. 130) a proposta seja a de utilizar parênteses redondos simples, optamos nesse trabalho pelos colchetes simples já que ambos os manuscritos possuem parênteses redondos simples

² Tradução nossa. No original, “Les corpus sont aussi l’unique lieu probant d’observations précises sur l’évolution diachronique des vocables, les analyses de contenu socioterminologiques en même temps qu’un banc d’essai pour les industries de la langue [...]”.

indicando outras funções textuais e discursivas, tais como comentários, observações, acréscimo ou detalhamento de informações apresentadas previamente.

- F. Os **caracteres de leitura impossível** foram transcritos como pontos dentro de colchetes precedidos pela cruz † (o número de pontos correspondeu ao de caracteres não legíveis estimados).
- G. Os **caracteres riscados** foram transcritos entre chaves duplas {{ }}.
- H. Os **caracteres sublinhados** foram representados tal qual na edição. As particularidades relativas a esses caracteres foram informadas em notas.
- I. Os **caracteres apagados** foram marcados em negrito e informados em nota quais seriam.
- J. Os **caracteres modificados** tiveram sua forma primitiva informada em nota.
- K. Os **caracteres nas entrelinhas** foram transcritos, já no ponto do texto pertinente, entre parênteses uncinados duplos << >> e foram indicados em nota de rodapé o seu alinhamento inicial.
- L. Os **caracteres nas margens** foram transcritos, no ponto do texto pertinente, entre parênteses uncinados simples seguidos de chaves simples <{ }>. Quando não faziam parte do texto, foram informados em nota.
- M. A **separação vocabular (intra- e interlinear)** foi reproduzida fielmente.
- N. A **paragrafação** também será reproduzida fielmente.
- O. As **inserções conjecturais** foram realizadas por meio de acréscimo de elementos por força do contexto entre parênteses uncinados simples < > e por desgaste do suporte entre colchetes duplos [[]]³.
- P. As **supressões conjecturais** foram realizadas transcrevendo os erros por repetição entre colchetes triplos [[[]]]⁴, e os erros de outra natureza entre chaves simples { }.
- Q. A **mudança de fólio e face** foi informada na margem cabeça, em itálico e entre colchetes simples [].
- R. A **numeração de linha** foi inserida na margem externa à esquerda, contando de 05 em 05, de forma contínua em todo o texto. Para fins de linha, consideramos toda aquela que contivesse, ao mínimo, uma sílaba ou número e que não fosse um reclamo. Assim, não consideramos linhas a serem contadas aquelas que dispusessem unicamente de representações gráficas de linhas retas ou de oblíquas seguidas de ponto, ou aquelas em que se encontram tão somente os reclamos.
- S. Qualquer **outra particularidade** aparente no texto foi informada em nota.

³ Cambraia (2005, p. 130) indica o uso de colchetes simples. Neste caso, tivemos que alterar a proposta do autor porque o uso de colchetes simples já está estipulado para marcação de caracteres de leitura duvidosa. Cf. letra (E)

⁴ Cambraia (2005, p. 130) indica o uso de colchetes duplos. Alteramos a indicação do autor porque o uso de colchetes duplos já está estipulado para marcação de caracteres de inserções conjecturais. Cf. letra (O).

4. Amostra da Edição realizada

[fól. 26v]

Artigo VI.

Da disciplina militar.

A disciplina he para o militar, como a legis=
 845 laçaõ para a monarchia: sendo pois os militares huns
 individuos tirados da massa da nação, e huma parte
 daquelle todo, não podem deixar de participar dos
 costumes, usos, prejuizos, character, egenio desta naçaõ,
 a que o mesmo militar pertence. (1) A disciplina deve,
 850 pois, ser differente em todos os paizes, e conforme o ge-
 nio delles.

Montesquieu diz=que a honra he o prin-
 cipio da monarchia= e ew atrevome a asseverar com
 o Baraõ de B...(2), que ella he o principio da dis-
 855 ciplina militar, contra a oppiniaõ daquelles, que tra-
 taõ a honra de chimera, e que querem negar que
 algum sentimento possa conduzir o homem mais
 que o temor. (*)

Examinem-se os annaes desses

860 **(1) Exam. critiq. sur le milit. françois pag. 172. (2) pag.idem**
(*)só pode verificarse ésta oppiniaõ em huma tropa composta de vadios.⁵

⁵ A linha reta horizontal e o que está em negrito aparecem no próprio texto como uma nota de rodapé feita pelo próprio autor. Está dentro da mancha e o que está em negrito aparece na mesma cor de tinta do texto, mas em tamanho menor.

[fól. 27r]

Povos, e em diferentes épocas se verá os que attenáraõ
 omundo pelas suas aççoens, conduzidos pelos esti=
 mulos da honra, epelos dezejos da gloria. Infelîza
 865 tropa, que for conduzida ao inimigo pela disciplina
 moderna, eque tiver acombater homens animados
 do amor da Patria, eda Gloria! (1) O valor dos Roma=
 nos era excitado pelo patriotismo, e conservado pelas
 recompensas honrozas.

870 "A disciplina moderna, diz o Baraõ"
 "de B....., he fazer temer ao soldado mais os castigos"
 "dos seos officiaes, as as planchadas, de espada, *etcoetera*, do "
 "que os golpes do inimigo: mas hum homem criado"
 "sempre no temor, como poderá vencer o dos perigos,"

875 "e o da morte mesma?"

A nossa Naçaõ tem hum genio altivo,
 com delicadeza de sentimentos de vergonha, brio, e honra;
 he preciso conduzir os Portuguezes por este caminho
 com brandura; elles saõ capazes ainda de obrar o mes-
 880 mo, que seos Antepassados, conduzidos como elles foraõ.
 O dar-lhe com hum paõ os fâz desgostar, induzindo-os

Exam. critiq. pag.172⁶

⁶ A linha reta horizontal e o que está em negrito aparecem no próprio texto como uma nota de rodapé feita pelo próprio autor. Está dentro da mancha e o que está em negrito aparece na mesma cor de tinta do texto, mas em tamanho menor.

[fól. 27v]

a idéas de vingança, que só retarda a falta de occasiaõ.

He preciso conhecer o character

885 o genio, eos costumes da naçaõ para formar as suas
instituiçoens militares, e para a sua constituiçaõ he pre=
cizo meditar o seu plano.

O Alemaõ, o Prussiano, o Russo, soffrem sem
ultraje as pancadas: O soldado Portuguêz não po=
890 de recebêlas sem hum sentimento de vergonha, e
sem o tomar por desprezo. Elle gosta de trata
mento benigno, e aborrece as expressoens ultrajan=
tes, e algumas inhibiçoens, que o fazem reputar pelo
mais abatido dos individuos do Estado; e talvez en=
895 vergonhar do vestido que tráz; persuadido que não
as soffreria, seo não trossesse

Capitulo III.

Da superioridade da infantaria, e
cavallaria; e vantagens proprias de huma e outra.

900 Qual destas Armas seja superior, he questaõ que
ainda até agora se não pode decidir, nem ew

[fól. 28r]

o pertendo; e só sim expôr as suas vantagens, para se fazer uso dellas, e precaver-se contra as outras, que o inimigo possa practicar.

905

Artigo I.

Da defença da infantaria contra a cavallaria; eda theoria do fogo

A defença da infantaria contra a cavallaria consiste no seu fogo, eno seu fundo: pelo fogo, fáz contêla, ea afasta de si; pelo fundo, resiste com asolidêz da massa, e espessa muralha das baionetas, ao impulso, e êmpeto do seu choque.

910

Sendo, pois, o fogo huma das principais defenças daquella, he preciso que elle seja bem dirigido para ter effeito, e por conseguinte a sua theoria he indispensavelmente necessaria ao official para a instrução do soldado.

915

Deve, pois, o official de infantaria conhecer o alcance das armas; e para isso he preciso considerer a linha da mira, que he aquella recta pela qual se decobre o objecto, aque se dirige aballa; a linha do tiro, que he outra recta, que representa o centro do cilindro da espingarda; ea trajectoria, que he aque descreve a balla impellida pela polvora para o objecto, em que se quer acertar.

920

5. A construção do glossário terminológico

No momento da preparação da edição, nos vimos diante de algumas dificuldades que foram contornadas por meio do estabelecimento de normas que guiaram a edição no sentido de dar maior fidedignidade ao texto em relação ao original manuscrito. Sem dúvida, no papel de editor, essa dificuldade inicial para o estabelecimento do texto volta a aparecer quando chegou o momento de elaboração do glossário. Segundo Mira Mateus (1995, p. 289), “da mesma forma que o problema se põe para as normas de transcrição, também a existência ou inexistência de glossários e o modo como estão concebidos se relacionam intimamente com a época do texto editado”.

Em relação à viabilidade de existência, não resta dúvidas de que seja necessário um glossário para os termos militares setecentistas. Contudo, o segundo questionamento está alicerçado no fato de saber qual seria o tipo de glossário mais adequado para atender às nossas expectativas. Já que nossa proposta é elencar alguns termos militares de infantaria, não julgamos ser conveniente a construção de um glossário exaustivo. Sendo assim, optamos por elaborar um glossário parcial e seletivo⁷ tomando como base as entradas léxicas que são definidas como vocábulos de especialidade militar de infantaria.

Baseando-nos em Krieger e Finatto (2004, p. 130), ao afirmarem que a construção de um glossário, ao contrário do que pensa o senso comum, deve seguir certos fundamentos da Terminografia, fixamos nossa elaboração do glossário nas seguintes etapas⁸:

5.1 - Etapa 1: Delimitação e procedimentos para coleta ou extração dos termos

De acordo com Almeida *et al.* (2007), é nessa etapa que se obtém o conjunto de termos que irá compor a nomenclatura do glossário. Entende-se por nomenclatura “a lista de verbetes ou de entradas que perfaz o todo do dicionário” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 127). Para que se possam extrair os termos, faz-se necessário, inicialmente, o reconhecimento das unidades terminológicas. A elaboração dessa etapa deve ser acompanhada por um especialista da área-objeto. Além do nosso conhecimento sobre a área, contamos com a ajuda de oficiais de infantaria do Exército Brasileiro e Português. Optamos por selecionar somente oficiais superiores, por questões acadêmicas (todos têm cursos de aperfeiçoamento de oficiais, além de outros estágios de caráter tático-militar) e práticas (todos têm experiência de comando em tropas operacionais, o que pressupõe o conhecimento tático de manobras de infantaria).

Cabe destacar a definição de termo que nos oferece Barros (2004, p. 39-40) com base nos organismos internacionais de normalização: “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definida em uma língua de especialidade”. Mas é a posição de Alpízar Castillo (1998) que desperta maior interesse no que tange a definição de termo e sua relação com as palavras da língua geral.

Termo é o resultado da especialização de qualquer signo. É termo qualquer signo da língua se dentro de suas possibilidades como unidade de denominação, se usa para denominar algum (ou alguns) dos conceitos que compõem uma área especializada. Em outras palavras, é termo um signo quando se usa para denominação de algum elemento dentro do sistema conceitual de um campo específico de atividade.⁹ (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 102)

A partir dessa exposição, notamos que é importante a posição do autor ao afirmar que há alguns signos linguísticos, que desde a sua criação, já são “terminologizados” e outros que adquirem essa característica ao longo de sua existência a partir das necessidades de uma determinada área científica.

⁷ Entendemos a denominação de glossário parcial como aquele que seleciona as palavras que irão compor a nomenclatura e, para tanto, estamos baseados nos preceitos de Mira Mateus (1995). Já a concepção de glossário seletivo extraímos de Mattos e Silva (2006, p. 46). Segundo a autora é aquele em que “os editores escolhem nos seus verbetes os itens que julgam de interesse para a história da língua.” No nosso caso, o julgamento, além do que preconiza a autora, centra-se na delimitação das unidades terminológicas da linguagem de especialidade que estamos enfocando. Por isso, optamos por classificar nosso glossário de parcial e seletivo.

⁸ Nossa proposta baseia-se em uma adaptação das indicações de Strehler (1995), Almeida *et al.* (2007), Krieger e Finatto (2004) e Barros (2004).

⁹ Tradução nossa. No original, “Término es el resultado de la especialización de un signo cualquiera. Es término cualquier signo de la lengua si dentro de sus posibilidades como unidad de denominación, se usa para denominar alguno (algunos) de los conceptos que componen una área de especializada. Dicho de otra forma, es término un signo cuando se usa para la denominación de algún elemento dentro del sistema conceptual de un campo específico de actividad”.

Assim, o mais importante a ser apontado nessa relação é que a distinção entre uma unidade léxica da língua geral e um termo especializado emprega a este último um caráter basicamente de unidade pragmática. Ainda agrega o autor que “qualquer outra condição presente é apenas uma “pista”, e nada mais, para diferenciar, no trabalho de seleção, as unidades que devem configurar as entradas correspondentes para um inventário”¹⁰ (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 102).

Assim, para a delimitação dos termos que compuseram o nosso glossário, partimos das ponderações de Cabré (1993) e Alpízar Castillo (1998) no que se refere aos fatores que regem a escolha do termo. Segundo eles, cinco fatores pragmáticos são importantes no momento de delimitar-se o termo de uma linguagem de especialidade: 1) Função Básica; 2) Temática abordada; 3) Os usuários envolvidos; 4) As situações comunicativas; e 5) Tipos de discurso em que aparecem termos.

A função básica dos termos é a função referencial porque denomina prioritariamente a realidade especializada de aparição do termo (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 100). Já no segundo fator, relativo à temática, uma palavra só reúne efetivamente condições de ser um termo quando está inserida dentro de um campo de especialidade. Em relação aos usuários envolvidos, a importância recai sobre o uso dos termos em contextos especializados. No entanto, Alpízar Castillo (1998) chama a atenção para que, apesar de esse fator pragmático ser levado em conta para a delimitação da unidade terminológica, ele é, sozinho, relativamente fraco para dar conta desse processo e afirma que

Se se inclui no conceito os léxicos profissionais, esportivos e de outras atividades humanas, como é habitual atualmente, o número de usuários se diversifica e cresce consideravelmente. De tal modo, esta diferença (léxico comum dos falantes de uma língua, léxico técnico dos especialistas) se desconstrói por completo e perde em grande medida seu valor demonstrativo. Acrescentemos a isso, como se viu antes, que também os não especialistas podem usar esses termos na atualidade.¹¹ (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 100)

No quarto fator apontado, a situação comunicativa, a teoria tradicional centra sua ideia no sentido de que o léxico técnico é usado mais em situações de comunicação formal e com menor frequência em situações mais coloquiais e em situações em que os textos não sejam propriamente referenciais. Alpízar Castillo (1998, p. 101) também critica esta modelização e afirma que “os especialistas usam o léxico técnico em diversos atos comunicativos e com diferentes níveis de abstração e formalização, incluído o colóquio. E também os não especialistas o fazem”¹². Por último, os discursos materializados nos tipos de textos em que aparecem os termos de especialidade. Esses textos são, em sua maioria, informativos, descritivos, explicativos e argumentativos. Dentro desse rol, chama-se atenção para os textos de divulgação de dada área científica. Nesse tipo de texto, os inventários são mais facilmente reconhecíveis (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 101).

Dessa feita, além dos tradicionais percursos semasiológico e onomasiológico que percorremos, tanto na trilha da Terminologia quanto na da Terminografia, os fatores pragmáticos apontados são de suma importância para o reconhecimento do termo. Mesmo com todo o cuidado em relação aos critérios adotados para o reconhecimento dos termos, ainda estaríamos suscetíveis a críticas por conta do limite tênue que existe entre o que o terminólogo reconhece como termo e o uso desses termos na língua geral. Assim, sabemos que

[...] as características que permitem a caracterização do termo e sua diferenciação do resto dos signos léxicos tem se relativizado e já não se pode argumentar de maneira tão categórica como em outros tempos. Nem o uso por especialistas, nem o aparecimento em determinado tipo de texto, nem a formalização do discurso, nem a situação comunicativa por si sós são bastantes para diferenciar o termo do vocábulo comum. Na definição de um elemento como termo, o máximo que se pode dizer é que ele se configura dessa forma se

¹⁰ Tradução nossa. No original, “cualquier otra condición presente es apenas una “pista”, y nada más, para distinguir, en el trabajo de selección, las unidades que deben ser vaciadas en los ficheros correspondientes para un inventario”.

¹¹ Tradução nossa. No original, “Si se incluye en el concepto los léxicos profesionales, deportivos y de otras actividades humanas, como es habitual actualmente, el número de usuarios se diversifica y crece considerablemente. De tal modo, esta diferencia (léxico común de los hablantes de la lengua, léxico técnico de los especialistas) se desdibuja por completo y pierde en gran medida su valor demostrativo. Añádase, como se vio antes, que también los no especialistas suelen usarlo en la actualidad”.

¹² Tradução nossa. No original, “los especialista usan el léxico técnico en diversos actos comunicativos y con diferentes niveles de abstracción y formalización, incluído el colóquio. Y también los no especialistas lo hacen”.

cumprir, de maneira relativamente estável, várias das condições enumeradas, sendo que a principal delas, essa sim, continua sendo uma unidade denominativa de alguns membros do sistema conceitual de determinada área de especialidade.¹³ (ALPÍZAR CASTILLO, 1998, p. 101)

Para a concretização da delimitação e extração dos termos, faremos uso de procedimentos e informações disponíveis no âmbito da Linguística de *Corpus*.

Nossa escolha para a utilização de programas de computador para a extração e preparação dos dados vem ao encontro do preconizado por Carvalho (2007) ao dizer que

[...] através do subsídio de um PC doméstico, é possível analisar milhões de palavras de forma mais rápida e mais confiável do que se fosse feito sem uma ferramenta computacional. A taxa de erro é bastante reduzida no caso de tarefas repetitivas, como contagem de palavras, listagem dos termos mais frequentes em um corpus, dentre outras. Assim, utilizando exemplos práticos, a autora pretende confirmar que o computador é atualmente a principal ferramenta de trabalho do linguista. (CARVALHO, 2007, p. 14)

Desse modo, com fins de obter a máxima precisão e avaliar quais os termos seriam mais adequados para o estabelecimento do nosso trabalho, optamos pelo uso da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0*¹⁴ (doravante WST).

Para proceder à seleção de termos, nos colocamos diante de outra problemática: que critério utilizaremos? Segundo Pavel e Nolet (2012, p. 42), “a operação de extração de termos identifica não somente as unidades terminológicas, mas também os termos coocorrentes, por vezes chamados unidades fraseológicas, que ilustram o uso de um termo no discurso especializado”. Então, o primeiro passo que tomamos foi gerar as listas de palavras e analisar as suas coocorrências através do WST para que, então, pudéssemos centrar mais critérios a fim de decidir quais itens lexicais comporiam o glossário de termos militares.

Na primeira rodagem de dados para o texto do século XVIII foram encontrados 2.832 (dois mil oitocentos e trinta e dois) itens lexicais. A partir dos dados obtidos e de sua análise primária, vimos que muitos dos itens foram, obviamente, artigos, pronomes, conjunções e preposições. Para a seleção dos termos do nosso trabalho, voltamos ao exposto por Carvalho (2007, p. 46), quando afirma que “[...] o método a ser utilizado para a seleção da lista de entradas de um glossário técnico deve ser a listagem dos itens lexicais (doravante, ILs) portadores de sentido mais frequentes, ou seja, os ILs que evocam uma ideia ou um conceito.” Assim, excluímos das listas de palavras geradas aquelas que, conceitualmente, não pertenciam ao campo da terminologia militar. Entre os itens lexicais que nos restaram, vislumbramos a presença de substantivos, adjetivos e verbos. Desse modo, tivemos outra escolha a ser feita: com quais categorias pretendemos trabalhar?

Segundo Barros (2004, p. 67), “a recolha dos termos é possível após a delimitação destes e essa delimitação se faz em uma relação de complementação entre o conceito e a designação”. A relação estabelecida entre o sistema conceitual de uma dada área de especialidade e sua materialização linguística, de acordo com Nagao (1994), está centrada basicamente no estabelecimento de nomes que afloram naquele campo terminológico. A partir dessa premissa, verificamos que a classe de substantivos é a mais relevante dentro dos campos semânticos/lexicais de uma linguagem de especialidade. Assim, neste espaço, delimitamos trabalhar exclusivamente com os substantivos.

A partir dessa escolha, geramos novos dados por meio da elaboração de uma lista de bloqueio de elementos que não são pertinentes ao nosso estudo. Outro problema surge a partir da nossa delimitação: como tratar no programa classes de nomes que ora figuram como substantivo e ora como adjetivo, verbo ou advérbio? Para tratar os casos em que o vocábulo ocorre, ora em uma classe e ora em outra, procedemos ao uso do

¹³ Tradução nossa. No original, “los rasgos que permiten la caracterización del término y su diferenciación del resto de los signos léxicos se han ido relativizando y ya no pueden argumentarse de manera tan categórica como en otros tiempos. Ni el uso por especialistas, ni la aparición en determinado tipo de texto, ni la formalización del discurso, ni la situación comunicativa por si solos son bastantes para diferenciar al término del vocablo común. En la definición de un elemento como término, lo máximo que se puede decir es que lo es si en él se cumplen de manera relativamente estable varias de las condiciones enumeradas, la principal de las cuales, eso sí, continúa siendo el ser una unidad denominativa de algunos miembros del sistema conceptual de determinada área de especialidad.”

¹⁴ O WST é um *software* desenvolvido por Mike Scott no ano de 1999.

concordanciador do WST para verificar os contextos e analisar individualmente o comportamento de tais itens lexicais.

Um dos critérios, se nos baseássemos somente no fator frequência, seria o de incluir no nosso repertório somente itens lexicais que tivessem um mínimo de 0,01% de frequência frente à totalidade de itens gerados pelo WST. Além disso, os princípios da lexicografia (HAENSCH; WOLF; ETTINGER; WERNER, 1982) indicam a necessidade de lematização dos itens para a construção das entradas em glossários e dicionários. No entanto, como estamos trabalhando com dados históricos, desprezar as ocorrências inferiores ou únicas de um determinado item lexical ou mesmo lematizar as entradas seria algo muito arriscado. A esse respeito nos afirma Machado Filho (2012),

Em detrimento ao difundido princípio linguístico hodierno de seleção baseado em frequências de uso, o processo de lematização de unidades lexicais deve, no trabalho de viés histórico, desviar-se dos preceitos de canonização dos signos lematizados, com que lidam os lexicógrafos contemporâneos. Na lexicografia histórica, a conformação dicionarística dos lemas deve ganhar contornos, não exclusivamente pela sua “face neutra”, isto é, não apenas pela forma flexionalmente vazia do lexema, como é hoje feito, mas pela variedade das formas gráficas, quer simples, quer compostas ou complexas, ainda textuais, que possam ocorrer nos corpora, mesmo se não lhe for atestado um correspondente morfológico canônico. (MACHADO FILHO, 2012, p. 382)

Essa observação do autor condiz com nossa posição para a estruturação dos itens lexicais e, em parte, na composição do glossário desse trabalho. Algo importante a destacar é que a frequência de ocorrência é importante para os estudos linguísticos, principalmente para os que estão situados dentro dos estudos sincrônicos, contudo, em estudos diacrônicos ou de viés histórico, apesar de a frequência ser um fato importante a ser levado em consideração na construção de materiais lexicográficos e na análise dos dados estabelecidos, ela não é o ponto essencial. Assim, como nossa proposta está centrada na construção de um glossário terminológico de época passada, mesmo que seja único o contexto de aparição de um termo, ele será considerado¹⁵.

Partindo das premissas apresentadas e dos dados gerados nas listas de palavras, chegamos a um total de 54 (cinquenta e quatro) termos simples identificados para o documento do século XVIII. Convém aclarar que, apesar de estarmos exclusivamente trabalhando com substantivos, o número de termos apresentados acima correspondem à totalidade das unidades terminológicas simples (UTS). Certamente, como pode ser facilmente visualizado nos *corpus*, muitas das UTS representadas por substantivos na nossa seleção aparecem materializadas também em unidades terminológicas complexas (UTC¹⁶). A saber, uma UTS delimitada foi o item lexical *passo*. Ao longo do texto encontraremos UTC, tais como *passo ordinário*, *passo acelerado*, *passo de costado* e outros.

Assim, apesar de a nossa escolha inicial ter se pautado em eleger como verbetes para os glossários apenas UTS, as UTC de base nominal da área militar estarão presentes de modo lematizado, bem como as ocorrências de variação ortográfica, variação de gênero e variação de número. Nesse sentido estamos indo, aparentemente, de encontro ao preconizado anteriormente por Machado Filho (2012). Aclaremos que esse choque de concepção é aparente, uma vez que todas essas incidências de aparição (seja de variação ortográfica, de número ou de gênero) estarão contempladas na organização dos verbetes do glossário.

Depois de chegado ao consenso de como deveríamos delimitar os termos do *corpus*, nos encontramos diante de um segundo procedimento: como agrupar os termos selecionados? Dessa forma, partindo da leitura do *corpus*, levando-se em conta o gênero, a tipologia do texto e o tipo de linguagem de especialidade a qual estamos vinculados, optamos por separar os termos, de modo genérico, em campos semânticos. Para tanto, nos baseamos em Hallig e Wartburg (1952), Matoré (1985, 1988) e Gonçalves (2007), no que tange a essa delimitação.

¹⁵ Para o reconhecimento dos termos, também nos valem, nesse trabalho, de frequências de ocorrência em outros manuais de tática de infantaria dos séculos XVIII em língua espanhola e francesa. Ainda que esse critério não tenha sido o central para tal atividade, ele foi importante para reconhecimento das unidades terminológicas simples e, principalmente das complexas. Além disso, como Portugal esteve sob influência da França e em guerras com a Espanha na época da publicação do nosso *corpus*, as aparições dos mesmos termos em outras línguas contribuiu para um estabelecimento mais preciso do nosso inventário.

¹⁶ Neste trabalho, estamos concebendo a Unidade Terminológica Complexa (UTC) a partir dos modelos de predicação de Simon Dik (1981; 1983). Assim, entendemos uma UTC como “unidades formadas por uma base e argumentos, ou por uma predicação nuclear e seus satélites” (CAFÉ, 2003, p. 68).

Hallig e Wartburg em sua obra *Arcabouço conceitual como base para a lexicografia: tentativa de um esquema de classificação*¹⁷, publicada no ano de 1952, apresentam uma proposta de esquematização para a organização de sistemas conceituais para fins de elaboração de trabalhos na área de lexicografia. Dentro do campo nocional referente à terminologia militar, os autores propõem dois sistemas: Defesa Nacional e Guerra. A partir desses dois sistemas, apresentam possibilidades de subdivisões em macro campos e, dentro desses, de micro campos. No primeiro sistema (Defesa Nacional), os autores propõem subdivisão em: armas de terra (exército de terra), armas de mar ou marinha de guerra e armas do ar ou aviação militar. Já no segundo (Guerra), estabelecem cinco subdivisões: generalidades, fases da guerra, a estratégia e a tática, a vitória e a derrota e, por fim, o armistício e a paz.

Para nossa proposta, fica claro que os modelos que iremos adotar, como parte do referencial exposto, estão calcados na primeira subdivisão – Exército de terra – e em todo o segundo sistema – Guerra. Em “exército de terra”, Hallig e Wartburg (1952, p. 75) apresentam a possibilidade de divisão em 12 (doze) campos. Algumas delas com subcategorias e, praticamente todas, com exemplos do que devem compreender. A saber:

- 1) Organização** – compreende, por exemplo, recrutamento, recrutas e alistamento;
- 2) Subdivisão** - compreende, por exemplo, Armas e Corpos de Armas;
- 3) Hierarquia, pessoas e as graduações** - compreende, por exemplo, General, Oficial, Tropa, Soldados;
- 4) As armas e armaduras**, subcategorizadas em 1. armas modernas (fuzil, metralhadora, canhão, revólver); e 2. armas antigas (flecha, besta);
- 5) Bandeiras e Escudos** - compreende, por exemplo, Bandeiras e Brasões;
- 6) Equipamento e vestuário;**
- 7) Habitação** - compreende, por exemplo, caserna;
- 8) Fornecimento;**
- 9) Estabelecimentos** - compreende, por exemplo, arsenal;
- 10) Vida Militar;**
- 11) Os exercícios e manobras;**
- 12) Fortificação**, subcategorizada em 1. fortificação moderna (forte, fortim, trincheira, obra, linha fortificada); e 2. fortificação antiga (muro, torre, covas, nichos).

É importante ressaltar que, apesar de a proposta dos autores ser de grande valia, as categorias que consideramos mais importante para o desenvolvimento desse trabalho não aparecem ilustradas, como se pode verificar nos itens (6), (10) e (11).

No que se refere à organização do segundo sistema (Guerra), Hallig e Wartburg (1952, p. 76-77) o dividem em 05 (cinco) macro campos: (1) generalidades; (2) fases da guerra; (3) a estratégia e a tática; (4) a vitória e a derrota; e, por fim, (5) o armistício e a paz. Os critérios adotados pelos autores para uma proposta de divisão dos termos militares em campos funcionam como um ponto de partida e, além disso, estabelecem possibilidades para uma articulação da organização dos vocábulos em termos genéricos. Se nesse trabalho adotássemos na íntegra essa categorização, certamente recairíamos na problemática de haver campos com poucos dados ou quase nenhum. Como estamos centrados no nosso *corpus*, a melhor opção foi repensar a articulação dos autores de modo a redirecionar o melhor aproveitamento dos dados existentes. Assim, partimos de algumas ideias sobre o fenômeno de categorização, com base nas proposições de Rosch (1978), conjuntamente com as noções de campo lexical e semântico baseadas em Trujillo (1970; 1998), Pottier (1968) e Henriques (2010).

Para Rosch (1978), a categorização humana não deve ser considerada o produto arbitrário de algum acidente histórico ou meramente criado. A criação de categorias exigem explicações articuladas, uma vez que seus elementos existem em dada cultura e são codificados pela linguagem dessa cultura em determinado ponto no tempo. Assim, segundo a autora, quando estamos arquitetando a formação de categorias, também estamos planejando a sua formação e lugar na cultura de um determinado sistema. Isso significa que, se detectamos, em nossa planificação de categorias de termos militares, muitos termos que se insiram, por exemplo, em *derrota* e poucos em *vitória* (nos campos propostos por Hallig e Wartburg, 1952), culturalmente estamos pré-analisando que a cultura a qual pertencem os gêneros selecionados está historicamente, naquele momento, em lugar de não vencedores nas guerras das quais participou.

¹⁷ Tradução nossa. No original, “Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas”.

Rosch (1978, p. 29) ainda afirma que a formação de categorias para um determinado campo das atividades humanas está regida por dois princípios: a) o primeiro está relacionado à função dos sistemas de categoria. A autora esclarece que a tarefa dos sistemas de categoria é, sem dúvida, fornecer o máximo de informações possíveis com o menor esforço cognitivo; b) o segundo princípio está voltado para a estrutura da informação e para o modo como ela é fornecida, já que o mundo percebido (o contexto delimitado) transmite informações estruturadas e não de modo arbitrário ou imprevisível. Desse modo,

Assim, o máximo de informação com o menor esforço cognitivo é alcançado se as categorias mapeiam a estrutura do mundo percebido tanto quanto possível. Esta condição pode ser conseguida por meio do mapeamento das categorias de acordo com determinadas estruturas de atributos ou pela definição ou redefinição de atributos para processar um determinado conjunto de categorias devidamente estruturadas¹⁸. (ROSCH, 1978, p. 30)

Assim, nosso primeiro intuito, com base nos dados que nos são facultados pelo *corpus*, é o de construir o menor número possível de campos que englobem o máximo de informação. Outro cuidado que devemos tomar é o de que essas informações tenham ideias estruturadas e sejam culturalmente articuladas, semanticamente, umas às outras. Ademais da categorização dos termos, é importante destacar o lugar dos campos semânticos para dar mais consistência aos critérios que permeiam a nossa construção das categorias do inventário de vocábulos militares. Ainda que a proposta de Rosch (1978) forme um critério a partir da psicologia social da linguagem, seu comprometimento com o tratamento empírico-científico do linguístico é muito forte. Essa tendência também se verifica em outras áreas.

Hjelmslev, ao tratar da descrição semântica, por exemplo, acentua que ela deve se pautar, especialmente, no estabelecimento de um paralelo entre língua e instituição social e entre linguística e outras área do saber. Talvez por isso, linguistas, historiadores e antropólogos se dão conta da importância dos estudos semânticos, com critérios científicos e métodos empíricos e descritivos, para o desenvolvimento das investigações da linguagem. (GONÇALVES, 2007, p. 85).

Como nosso trabalho pretende o estabelecimento de uma proposta para a divisão dos termos militares em categorias maiores, que denominaremos campos, nos situamos basicamente nas concepções de Geckeler (1994). Alguns autores ora trabalham com a nomeação de campos semânticos, outros com a de campos léxicos para designar a estrutura de campos que objetivam o estudo dos significados (e suas relações) de uma rede de termos. Dessa feita, Geckeler (1994) assume uma posição de que tanto campo léxico quanto campo semântico está, ao final, referindo-se ao estudo científico dos significados léxicos. Assim sendo, também nesse trabalho não estaremos buscando uma ruptura ontológica entre um conceito e outro, mas entendemos os dois com o mesmo valor científico e com objetivos finais iguais. Henriques (2010, p. 105) entende campo semântico/lexical como “expressão que se refere ao contingente de palavras que se agrupam, linguisticamente, por meio de uma rede de associações e interligações de sentido”. Como já expusemos que nossa interpretação, além do apresentado por Henriques (2010), também leva em conta o social, trataremos, alinhados com Matoré (1973) e o autor supracitado, as designações de campo semântico e campo lexical como campo nocional.

Pastor Milán (2000, p. 779) afirma que os estudos dentro da área de campos semânticos têm como diretriz central o fato de que a construção de qualquer campo (seja ele semântico ou lexical) está centrada em procedimentos que valoram as condições de junção dos termos a serem organizados à temática enfocada. Segundo Gonçalves (2007, p. 89), “entre estes procedimentos, assinala-se a delimitação externa, questão que supõe a necessidade de delimitar o referente, a zona investigativa que vai ser objeto de análise linguística”. Então, coadunando os referenciais de Matoré (1973), Rosch (1978), Geckeler (1994), Gonçalves (2007) e Henriques (2010) à nossa proposta de trabalho com termos militares, chegamos à conclusão de que o campo nocional do discurso presente no manual de tática de infantaria para o exército de terra português será o responsável por estabelecer empiricamente as categorias que manusearemos e, também, filtrar a aceção dos termos com os quais construímos o nosso glossário.

¹⁸ Tradução nossa. No original, “Thus maximum information with least cognitive effort is achieved if categories map the perceived world structure as closely as possible. This condition can be achieved either by the mapping of categories to given attribute structures or by the definition or redefinition of attributes to render a given set of categories appropriately structured.”

A partir da teia de informações geradas pelos termos militares existentes na nossa documentação, chegamos à possibilidade de agrupamento em quatro grandes categorias:

- 1) Acessórios de Recursos Humanos** (Uniformes e acessórios das fardas e marchas);
- 2) Recursos Humanos e Postos de graduação** (a organização hierárquica);
- 3) Planejamento de guerra e sua execução** (vozes de comando, formações e táticas);
- 4) Fortificações e Armamentos bélicos** (tipos de construções e material bélico).

Nesse trabalho, iremos apresentar tão somente o campo descrito em (2)¹⁹. Em seguida, mostraremos a construção do mapa conceitual a fim de visualizar como se organizaram os dados.

5.2 - Etapa 2: Elaboração do mapa conceitual e validação dos termos

Denomina-se elaboração do mapa conceitual (estrutura conceitual) ou ontologia, a organização semântica de certa especialidade em campos nocionais capazes de refletir os conceitos da área-objeto e suas respectivas relações. Esta segunda fase, na prática, é realizada simultaneamente à primeira, pois, segundo Almeida *et al.* (2007),

[...] os termos obtidos devem ser inseridos na ontologia, por isso ela deve ser organizada preliminarmente, ou concomitantemente à extração dos termos, já que à medida que os termos vão sendo obtidos é que se pode ter uma visão real de quais são os campos nocionais que deverão integrar a ontologia. (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 410)

Se, de acordo com os autores, essa segunda etapa faz-se simultânea e paralelamente à primeira, verifica-se que os especialistas também participam ativamente da construção da estrutura conceitual. Além disso, sua participação é indispensável no momento seguinte: o da validação. Tomando como base a colaboração e acompanhamento dessas etapas pelos oficiais superiores, rearticulamos as propostas iniciais de Almeida *et al.* (2007). Então, ainda que os autores supracitados apresentem a extração, a ontologia e a validação dos termos como três etapas estruturalmente distintas, optamos, nesse trabalho, por aglutiná-las e considerar tão somente uma abrangendo a primeira, de coleta, e as demais, de elaboração do mapa conceitual e validação dos termos, pois entendemos que, no momento em que delimitamos o conjunto terminológico, determinamos a pertinência e adequação dos termos, definimos as unidades terminológicas de maneira sistemática e controlamos a rede de remissivas, sendo todas essas operações realizadas na elaboração dos mapas conceituais, pode-se e deve-se, no nosso caso particular, proceder simultaneamente à validação dos termos.

A partir do momento que os termos estão alocados na ontologia, pode-se proceder à sua validação pelos especialistas. A **validação de termos pelos especialistas**²⁰ é feita da seguinte maneira: selecionam-se da ontologia determinados campos nocionais e pede-se que cada assessor assinale os termos considerados semanticamente relevantes em cada campo. A esse modo de selecionar termos denominamos *critério semântico*²¹. Há que se ressaltar que esse critério é útil quando não se utiliza a extração automática de termos. (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 411).

Não queremos, contudo, dizer que essa aglutinação da ontologia e da validação dos termos seja possível em todo e qualquer trabalho terminológico, mas, em nosso caso, a viabilidade existe porque, a partir da edição do *corpus*, já fomos capazes de visualizar previamente os campos nocionais a serem explorados. Assim, nosso mapa conceitual do campo estabelecido para este artigo está organizado do seguinte modo:

¹⁹ O trabalho completo da constituição do glossário a partir das quatro categorias apresentadas pode ser consultado em Marengo (2016).

²⁰ A marcação em negrito é do texto original.

²¹ A marcação em itálico é do texto original.

1. RECURSOS HUMANOS E POSTOS DE GRADUAÇÃO

1.1. Militar

1.1.1. Oficial

1.1.1.1. Commandante

1.1.1.1.1. Marechal

1.1.1.1.2. Oficial superior

1.1.1.1.2.1. Major

1.1.1.1.3. Oficial inferior

1.1.1.1.3.1. Ajudante

1.1.1.1.3.2. Sargento

1.1.1.1.3.2.1. Portamachado

1.1.2. Soldado

1.1.2.1. Veterano

1.1.2.1.1. Granadeiro

1.1.2.1.2. Portabandeira

1.1.2.2. Peralta

1.1.2.2.1. Recruta

5.3 - Etapa 3: Sistematização e Elaboração do glossário

Segundo Barros (2004, p. 211), as fichas terminológicas são matrizes da pesquisa terminológica “nas quais são registrados os dados relevantes e pertinentes sobre cada unidade terminológica (uma ficha para unidade estudada), provenientes das fichas de recolha ou diretamente do *corpus*.” No nosso caso, todos os dados serão extraídos diretamente das edições realizadas, não sendo necessária realização de fichas de recolha²². Além disso, cabe aclarar que, apesar de estarmos respeitando os procedimentos de elaboração de fichas terminológicas, não iremos efetivamente fazê-las como tal. Pretendemos dispor os verbetes com informações relevantes, tanto de cunho terminológico quanto linguístico-filológico. Almeida *et al.* (2007) chama atenção para o fato de que não há um modelo ideal de ficha terminológica, pois cada uma deve contemplar as necessidades específicas do projeto, ou seja, levar em consideração o direcionamento de “para quê” ou “para quem” se elabora um glossário.

Como já apontamos anteriormente, nosso glossário dirige-se a um público-alvo de linguistas (assim como as edições) e a finalidade básica é a de catalogar termos militares de infantaria referentes aos recursos humanos e postos de graduação.

O modelo de ficha terminológica varia de acordo com a natureza do projeto. Cada equipe determina o tipo das unidades linguísticas e dos dados a serem recolhidos e, a partir daí, elabora um modelo de ficha contendo *campos*²³, isto é, áreas predeterminadas reservadas ao registro de um tipo específico de dado [...] A quantidade e a função deste varia de acordo com as necessidades de registro das informações, que, por sua vez, também variam segundo a natureza da unidade linguística estudada e as características particulares da pesquisa em questão. (BARROS, 2004, p. 211)

A natureza do nosso labor exige que, nas informações dos verbetes, apresentemos tanto os dados de caráter terminológico quanto os de foco terminográfico. Dessa maneira, baseando-nos nas propostas e concepções teóricas iniciais de Barros (2004), organizamos as nossas fichas do seguinte modo:

- A. **Dados Terminológicos**, em que figuram indicações sobre a unidade linguística. Neste campo delimitamos informações concernentes ao termo, classe gramatical e conceito. Ademais, apresentamos informações da descrição da unidade terminológica e suas relações intersígnicas, apontando os contextos de aparição, observações gerais e as relações mantidas entre a unidade linguística que encabeça o verbe e outras que pertencem ao mesmo campo semântico ou conceptual.

²² Segundo a autora, fichas de recolha (ou de citação) são aquelas em que se registram as unidades linguísticas em estudo, uma exemplificação de seu uso na língua, uma definição ou uma ilustração do objeto designado.

²³ O grifo pertence ao texto original.

- B. **Dados Terminográficos**, que alocam os dados terminológicos e, também, de determinados dados associados, tais como as fontes, o domínio de aplicação do termo e a sua frequência de ocorrência.

Assim sendo, podemos detalhar a organização dos verbetes por meio da utilização dos procedimentos que julgamos mais adequados, adotados também nos trabalhos de Alves (1998), Cambraia (2000), Anjos (2003), Souza (2007) e Oliveira (2010) para a constituição de glossários.

Almeida *et al.* (2007) estabelecem etapas referentes à elaboração e incremento da base definicional e elaboração das definições e informações enciclopédicas. No entanto, essa fase não se faz pertinente ao nosso trabalho já que todos os verbetes selecionados para compor o nosso glossário não podem ter suas definições e conceitos alterados ou extraídos de outras fontes que não sejam os textos-base editados ou as referências lexicográficas pertencentes à época de sua escrita por estarmos situados em estudos diacrônicos. Assim, embora os autores apresentem outras etapas características do método terminológico, julgamos não serem pertinentes para nosso intuito.

Ainda fazendo menção a Barros (2004, p. 263), a autora afirma que “a utilização do computador dá aos estudos de corpora maior precisão e praticidade”. Foi justamente pensando nessa praticidade que optamos por estabelecer que a criação do nosso glossário, além de seguir todas as diretrizes e indicações anteriormente informadas, também contará com o auxílio de recursos computacionais. Dessa feita, utilizaremos um *software* livre chamado *Lexique pro*. Esse programa, inicialmente, foi desenvolvido para a elaboração de glossário de línguas ágrafas, mas julgamos que sua configuração é bastante adequada para o tipo de trabalho que estamos propondo aqui.

Sendo assim, em conformidade com as ferramentas que o *software* apresentado nos disponibiliza e com o suporte teórico que expusemos previamente, nosso glossário segue a seguinte padronização:

1. As entradas estão em ordem alfabética, caixa alta e apresentam-se no singular;
2. Posteriormente, decidimos colocar as linhas em que aparece o verbete, de acordo com a numeração das edições e como está figurado na entrada (singular). Nossa etiqueta chama-se “**LS.**”. Caso apareça mais de uma vez na mesma linha, o número dela será repetido;
3. Nesta terceira linha, indicamos a classe das palavras, mesmo que já tenhamos estabelecido em nosso trabalho tratar somente com substantivos <s.>, e o gênero, sendo <m.> para masculino e <f.> para feminino. Como todas as entradas estão no singular, descartamos a marcação de número do verbete. Nomeamos de “**Cl.Pal.**”;
4. Nossa quarta etiqueta corresponde a “**Lem.**”, isto é, à lematização. Esse campo foi preenchido com as formas variáveis do termo. Ao estabelecer formas variáveis, estamos fazendo referência às variações de gênero, número e, como se trata de um trabalho de cunho histórico, ortográfico. Todas as formas variáveis foram catalogadas. Ao lado de cada variante, entre parênteses, indicamos as linhas correspondentes à edição, onde elas estão alocadas. Quando aparecem mais de uma vez na mesma linha, o número dela foi repetido;
5. A próxima linha foi destinada ao número de ocorrência total do vocábulo. Neste espaço colocamos o número total de ocorrências do vocábulo incluindo suas variantes. Etiquetamos como “**Freq.**”;
6. Após esses procedimentos, apresentamos, em seguida, as informações etimológicas do verbete coletadas dos dicionários de Cunha (2007), representado por CUN, e Nascentes (1932), representado por NAS. A escrita das definições foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. Nossa etiqueta é “**Etim.**”;
7. Na próxima linha, apresentamos a definição da palavra. A acepção foi extraída diretamente da edição. No caso de a edição não ter contemplado explicitamente a definição, esta foi (re)construída com base nos indicativos textuais e pesquisas históricas seguido do indicativo **[rec]**. A escrita das definições, no caso de terem sido retiradas diretamente do texto, foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. Nomeamos a etiqueta de “**Def.Ms.**”;
8. A acepção apresentada na linha seguinte foi tomada da referência lexicográfica que está temporalmente próxima da data de escrita da fonte. Tomamos como parâmetro para a acepção dos conceitos as definições do *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva, primeira edição (1789). Dessa forma, temos um panorama de definição do termo isolado no seio do próprio texto e da definição registrada à época de sua circulação em um objeto lexicográfico de prestígio. A escrita das

- definições foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. Nossa etiqueta é “**Ref.Lex.**”;
9. Na próxima linha foram apresentadas as abonações. Aqui registramos um ou mais fragmentos do texto nos quais aparece o termo. No caso de haver variantes, mais de um contexto poderá ser registrado. Separaremos as abonações, no caso de mais de uma, pela notação de ‘ / ’. Mantivemos a grafia original da edição. Esta etiqueta foi rotulada de “**Ex.**”;
 10. Palavras que se apresentaram como sinônimas constituíram novas entradas e foram indicadas em remissivas na última linha a qual chamamos de “**Sin.**”;
 11. As UTC constituíram entradas individuais e seguirão o verbete que lhes outorga a base nominal. Foram expressas em sua forma singular e seguiram todos os critérios anteriores estabelecidos, com exceção do (6), que foi descartado por nenhuma das UTC terem representações nas referências lexicográficas etimológicas utilizadas nesse trabalho;
 12. Casos em que informações inexistem foram representados por “Ø”.

6. Glossário terminológico: Recursos Humanos e Postos de graduação

AJUDANTE

Ls.	257
Cl.Pal.	s.m.
Lem.	Ajudantes (175, 302, 328)
Freq.	04
Etim.	Do latim <i>Adjutans</i> , <i>-antis</i> . (CUN, p. 24)
Df.Ms.	Subalerno das unidades militares [rec].
Ref.Lex.	Oficial militar ajudante dos Majores que suprem as vezes destes. (Tomo I, p. 74)
Ex.	“Os ajudantes deverão ser particularmente encarregados de tomar os alinhamentos dados [...]” (ls. 175-176)

COMMANDANTE

Ls.	220, 284, 580-581, 1203, 1232-1233, 1293, 1324, 1332, 1365, 1383, 1384, 1405, 1410, 1425, 1447, 1449, 1497, 1514-1515, 1516, 1528, 1548, 1570, 1582, 1646, 1659, 1660, 1691, 1699, 1721, 1764-1765, 1774, 1786, 1806, 1811, 1865, 1873, 1882-1883, 1905, 1919, 1939, 1983, 2001, 2032, 2037, 2043, 2093, 2098, 2106, 2110-2111, 2122, 2156.
Cl.Pal.	s.m.
Lem.	Commandantes (221, 1461-1462, 1471-1472, 1484-1485, 1491, 1674, 1682, 1800-1801, 1832, 1856, 1880, 1908, 1991, 2055-2056)
Freq.	65
Etim.	De comandar. Dirigir, governar, conduzir. Do francês <i>commander</i> , derivado do latim popular <i>commandare</i> . A forma substantiva tem origem no francês <i>commandant</i> . (CUN, p. 197)
Df.Ms.	Oficial militar que comanda ou conduz alguma tropa de infantaria [rec].
Ref.Lex.	Oficial militar que manda alguma tropa d’infantaria, ou Artilharia, ou Cavallaria. O que governa a Companhia na falta do Capitão. O Capitão que faz as vezes de Major. (Tomo I, p. 420)
Ex.	“O commandante da primeira tropa para alinhar, não deve limitar-se a determinar a linha das espadoas do primeiro soldado [...]” (ls. 284-286)

GRANADEIRO

- Ls.** Ø
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Granadeiros (1612-1613)
- Freq.** 01
- Etim.** De granada. Provavelmente do francês *grenade*, romã. Derivado do latim *granatum*. É primitivamente uma bomba semelhante a esta fruta, no tamanho e na forma, e ainda mais por estar cheia de estilhaços. (NAS, Tomo I, p. 247; CUN, p. 393)
- Df.Ms.** Soldados do exército que são responsáveis por lançar as granadas de mão [rec].
- Ref.Lex.** Nos Regimentos há Companhias de granadeiros, que são dianteiros nas marchas, e incumbidos de lançar granadas à mão; de comum são homens de grande estatura e, por isso, se diz que é um granadeiro o homem, ou mulher alta, e corpulenta. (Tomo II, p. 99)
- Ex. "** [...] setrousser com sigo as Granadeiros, formará com elles huma tenalha acada flanco [...]” (ls. 1612-1614)

MAJOR

- Ls.** 257, 642.
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Majores (302)
- Freq.** 03
- Etim.** Do francês *Major*, oficial superior encarregado da administração e, este, do latim *Major*, comparativo de *magnus*. Posto militar entre capitão e tenente-coronel. (CUN, p. 490)
- Df.Ms.** Oficial do Exército cuja graduação é a imediatamente inferior à de Tenente-Coronel. É o comandante de Batalhões [rec].
- Ref.Lex.** Usa-se como substantivo para Sargento-Mor. (Tomo II, p. 250)
- Ex.** “[...] que se olhe sempre para o ultimo, que chega, do lado opposto do batalhão ja alinhado; no que devem ter grande cuidado os majores, e ajudantes [...]” (ls. 300-302)

MARECHAL

- Ls.** 525-526, 564, 828.
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Ø
- Freq.** 03
- Etim.** Acepção original de indivíduo que cuidava dos cavalos. Modernamente, posto superior no exército. Do francês *marechal*, derivado do frâncico **marhskalk*, de *mar(a)h* ‘cavalo amestrado’ e *skalk* ‘servo’. (CUN, p. 501)
- Df.Ms.** Posto da hierarquia militar inferior aos Tenentes Generais, e comanda em falta deles e dos Generais [rec].
- Ref.Lex.** Oficial militar, antigamente era imediatamente subalterno ao condestável. Hoje o Marechal de Campo é inferior aos Tenentes Generais, e comanda em falta deles e dos Generais. (Tomo II, p. 269)
- Ex.** “[...]como nota o Marechal de Saxe, não fatiga tanto com ella omovimento; pois se está vendo huma pessoa contradançar largas horas no movimento mais velóz; o que seria impossivel executar sem ella.” (ls. 564-568)

MILITAR

-
- Ls.** 07, 43, 554, 839, 843, 844, 849, 855.
Cl.Pal. s.m.
Lem. Militares (14-15, 845, 886, 2183, 2210)
Freq. 13
Etim. Do latim *militare*, de *miles*, *-itis*, soldado. (CUN, p. 521)
Df.Ms. Homens ou coisas relativos à guerra [rec].
Ref.Lex. Concernente à milícia. Homem de guerra. (Tomo II, p. 299)
Ex. “Éstas advertencias, que parecem bagatellas, podem ser de grande utilidade; porque as couzas mais pequenas, no militar, influem no todo, e concorrem muitas vezes para o bom, ou máo successo.” (ls. 837-841)

OFFICIAL

-
- Ls.** 243, 246, 263, 351, 915, 917, 1175.
Cl.Pal. s.m.
Lem. Officiaes (181, 187, 221, 872, 1255, 2102)
Freq. 13
Etim. Do latim *officialis*. Militar de posto acima de aspirante ou guarda-marinha. Substantivação do adjetivo oficial. (CUN, p. 558)
Df.Ms. Homens do exército que possuem posto de graduação diferente de soldado. Há oficiais inferiores (anspeçadas, cabos e sargentos) e superiores (Alferes, Ajudantes, Tenentes, Capitães, Majores, Tenente coronéis, Coronéis, Brigadeiros e Generais) [rec].
Ref.Lex. Na milícia há oficiais inferiores, que são anspeçadas, cabos e sargentos, e os Superiores, ou oficiais, que tem bastão e patente. (Tomo II, p. 360)
Ex. “[...] Se a tropa está postada fora de hum destes pontos, e se quer traçar a linha sobre o ponto opposto, he preciso, que hum official, postando-se no primeiro ponto [...]” (ls. 241-243)

OFFICIAL INFERIOR

-
- Ls.** 244, 247
Cl.Pal. s.m.
Lem. Officialinferior (1406-1407, 2057); officiaes inferiores (304-305, 323, 1284, 2102); Officiaes-inferiores (314-315, 2013)
Freq. 10
Df.Ms. Militares que não tem bastão e patente como anspeçadas, cabos e sargentos [rec].
Ref.Lex. Na milícia há oficiais inferiores, que são anspeçadas, cabos e sargentos, e os Superiores, ou oficiais, que tem bastão e patente. (Tomo II, p. 360)
Ex. “[...] hum official inferior se coloque arbitrariamente entre estes dous pontos, parando na direcção, que lhe indicar o official, que do primeiro ponto olha para o segundo: então o official inferior fica imóvel [...]” (ls. 244-247)

OFFICIAL SUPERIOR

- Ls.** 243, 246, 263, 351, 915, 917, 1175.
Cl.Pal. s.m.
Lem. Officiaes superiores (326)
Freq. 08
Df.Ms. Officiais que possuem bastão e patente, como Alferes, Ajudantes, Tenentes, Capitães, Majores, Tenente coronéis, Coronéis, Brigadeiros e Generais [rec].
Ref.Lex. Na milícia há oficiais inferiores, que são anspeçadas, cabos e sargentos, e os Superiores, ou oficiais, que tem bastão e patente. (Tomo II, p. 360)
Ex. “[...] Os officiaes superiores dos mais batalhoens os farão marchar sobre o prolongamento daquelle, fazendo postar os ajudantes no intervallo immediato ao lado da direcção.” (ls. 326-329)

PORTABANDEIRA

- Ls.** 1314
Cl.Pal. s.m.
Lem. portabandeiras (321)
Freq. 02
Etim. Ø
Df.Ms. Militar com o cargo de levar a bandeira de sua unidade nas formaturas de combate [rec].
Ref.Lex. Ø
Ex. “Quando huma linha houver de marchar, se indicará o batalhão de alinhamento, eso lhe determinará a direcção, dando aos portabandeiras dous pontos de vista [...]” (ls. 319-321)

PORTAMACHADO

- Ls.** Ø
Cl.Pal. s.m.
Lem. portamachados (2102)
Freq. 01
Etim. Ø
Df.Ms. Soldado da linha de vanguarda que leva um machado, além da arma, para abrir caminhos [rec].
Ref.Lex. Soldado que leva um machado, além da arma, para abrir caminho em matos. (Tomo II, p. 474)
Ex. “[...] A éstavoz, as bandeiras andão=ádireita=e vão postar-se com os sargentos portamachados [...]” (ls. 2101-2102)

RECRUTA

- Ls.** 435, 505.
Cl.Pal. s.f.
Lem. Recrutas (349, 428, 463-464, 491-492, 536)
Freq. 07
Etim. Do francês *recruter*. Do verbo recrutar ‘arrolar para o serviço militar’. (CUN, p. 668)
Df.Ms. Soldado novo, recém recrutado, que ainda não está completamente iniciado nas artes militares [rec].
Ref.Lex. Soldado novo, bisonho, que se fez recentemente. Soldado recrutado para o serviço militar. (Tomo II, p. 570)
Ex. “Em cada regimento ha huma escolla de ensino, onde as recrutas apprendem a marchar em ordem [...]” (ls. 348-350)
Sin. Soldado peralta.

SARGENTO

-
- Ls.** Ø
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Sargentos (2102)
- Freq.** 01
- Etim.** Do francês *sergent* derivado do latim *serviens*. Graduação hierárquica acima de cabo e abaixo de suboficial ou subtenente. (CUN, p. 707)
- Df.Ms.** Oficial inferior militar [rec].
- Ref.Lex.** Oficial inferior militar, que recebe as ordens do ajudante e as participam ao seu Capitão, distribui as deste aos subalternos cabos de esquadra e soldados, compõem as filas e posta as sentinelas. (Tomo II, p. 670)
- Ex.** “[...]as bandeiras andão=ádireita=e vão postar-se com os sargentos portamachados, eofficiaes, eofficiaes inferiores [...]” (ls. 2101-2102)

SOLDADO

-
- Ls.** 32, 270, 286, 287, 291, 331, 338, 339, 354, 356, 358, 361, 369, 398, 409, 411, 413, 416, 429, 469, 502, 516-517, 553, 570, 608, 618, 621-622, 634, 648, 666-667, 673, 695, 716, 733, 741, 743, 764, 765, 772, 774, 789-790, 791, 801, 804, 806, 817, 822, 871, 889, 916, 981, 984, 1095, 1118, 1370, 1374, 1377, 1421, 1429, 1536, 1617, 1638, 1693, 1823, 1844, 1974, 2157, 2162, 2163, 2165, 2173.
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Soldados (130, 268, 312, 333, 405, 589, 606, 670, 777, 834, 1279, 1315, 1343, 1353, 1368-1369, 1402, 1414, 1506, 1508, 1639)
- Freq.** 91
- Etim.** Do italiano *soldato*, particípio passado do latim *solidare*. Individuo alistado nas fileiras do exército, ou nas forças policiais estaduais. (CUN, p. 732)
- Df.Ms.** Genericamente, qualquer indivíduo pertencente às Forças Armadas. Especificamente, qualquer recruta após o término da instrução básica [rec].
- Ref.Lex.** Homem alistado para serviço militar, exercitado nele, na graduação é a última classe abaixo dos anspeçadas. (Tomo II, p. 716)
- Ex.** “O soldado para a infantaria não deve baixar de sessenta e uma polegada, ao menos, no nosso payz [...]” (ls. 339-340)

SOLDADO PERALTA

-
- Ls.** Ø
- Cl.Pal.** s.m.
- Lem.** Soldados peraltas (828-829)
- Freq.** 01
- Df.Ms.** Soldados novatos, sem experiência nas artes militares ou sem instrução militar completa [rec].
- Ref.Lex.** Ø
- Ex.** “Diz o Marechal de Saxo que aos soldados peraltas lhes não agrada esta cautella, mas que aos veteranos, que tem feito muitas campanhas, não he preciso, que se lhe recomende, pela utilidade, que tem experimentado.” (ls. 828-832)
- Sin.** Recruta.

SOLDADO VETERANO

Ls.	∅
Cl.Pal.	s.m.
Lem.	Soldados veteranos (830)
Freq.	01
Df.Ms.	Soldados experientes nas artes militares [rec].
Ref.Lex.	∅
Ex.	“Diz o Marechal de Saxo que aos soldados peraltas lhes não agrada esta cautella, mas que aos veteranos, que tem feito muitas campanhas, não he preciso, que se lhe recomende, pela utilidade, que tem experimentado.” (ls. 828-832)

Considerações Finais

Finalizando, acreditamos que este trabalho nos traz uma pequena contribuição de como é possível organizar sistematicamente, a partir da edição semidiplomática de uma fonte remanescente do século XVIII, um glossário terminológico de cunho diacrônico, respeitando, então, tanto os critérios da lexicografia quanto os da terminografia. Os termos constantes no recorte do glossário exibido passaram por uma seleção de itens lexicais que, com base nos critérios socioterminológicos, foram assumidos como termos militares que compõem um campo nocional relativo aos recursos humanos e postos de graduação do ainda incipiente Exército de terra português. Assim, ressaltamos a importância da Crítica Textual, dentro de seu labor com as edições de textos dentro do rigor filológico, para qualquer que seja o trabalho que queiramos realizar tendo como suporte o texto escrito.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos *et al.* O Método em Terminologia: revendo alguns procedimentos In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (orgs). *As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Volume III.* Campo Grande/ São Paulo: EdUFMS/Humanitas, 2007.
- ALPÍZAR CASTILLO, Rodolfo. Ideas sobre el trabajo terminográfico. In: MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Margarida (coord). *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos.* Mira-Sintra: publicações europa-américa, 1998. Cursos da Arrábida Portugal, nº4.
- ALVES, Ieda Maria. *Glossário de termos neológicos da Economia.* São Paulo: Humanistas/ FFLCH/USP, 1998.
- ANJOS, Eliane Dantas dos. *Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira: um estudo término-lingüístico.* Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH, USP, São Paulo, 2003.
- BARROS, Lidia Almeida. *Curso Básico de Terminologia.* São Paulo: EdUSP, 2004.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología - teoría, metodología, aplicaciones.* Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- _____. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação.* v. 24, n. 3, 1995.
- CAFÉ, Ligia. Terminologia: Aplicação do (re) modelo de Simon Dik In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira (orgs). *Lingüística Aplicada à Terminologia e Lexicologia. Cooperação internacional: Brasil e Canadá.* Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. p. 59-82.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa.* São Paulo: FFLCH- USP/ Humanitas, 1999. p. 13-23.
- _____. *Livro de Isaac: edição e glossário (cód. ALC. 461).* Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH, USP, São Paulo, 2000.
- _____. *Introdução à crítica textual.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- CARVALHO, Estela Maria Faustino de. *Metodologia de construção de um glossário bilíngüe com base em um corpus de domínio técnico*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2007.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- DIK, Simon. Predication and expression: the problema and the theoretical framework In: DIK, S. *Predication and expression in functional grammar*. Londres: London Academic Press, 1981. p. 1-17.
- _____. *Advances in Functional Grammar*. *Foris Publications*. Publications in Language Sciences, n. 11, 1983.
- FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina *Revista Ciência da Informação*. V. 24, n. 3, set-dez 1995. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1995. p. 281-287.
- GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1994.
- GONÇALVES Eliana Correia Brandão. *Homens e Armas: um estudo semântico em crônicas de Fernão Lopes*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2007.
- HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La Lexicografía*. De la Lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.
- HALLIG, R.; WARTBURG, W. *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas*. Berlin: Akademie Verlag, 1952. p. 75-77.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. Lexicologia aplicada: algumas contribuições didáticas In: ISQUEDO, A. N.; BARROS, L.A. *As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Volume V*. MS, Campo Grande: Editora UFMS, 2010.
- KACPRZAK, Alicja. Diversité technolectale en diachronie: le cas de quelques termes médicaux français Passeurs de mots, passeurs d'espoir – lexicologie, terminologie et traduction face au défi de la diversité In: CAMPENHOUDT, Marc Van; LINO, Teresa; COSTA, Rute. *Actes des Huitièmes Journées scientifiques du Réseau de chercheurs Lexicologie, terminologie, traduction*. Lisboa. 15-17 de outubro de 2009. p. 355-366.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia. Teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio. Lexicografia histórica e questões de método In: LOBO, Tânia et al. *ROSAE. Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 381-389.
- MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia et al. *ROSAE. Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 533-542.
- MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MATORÉ, G. Guerre et armes In: MATORÉ, G. *Le vocabulaire et la société médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 156-164.
- _____. L'art de la guerre In: MATORÉ, G. *Le vocabulaire et la société du XVI siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988. p. 187-196.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico*. Fonologia. Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Caminhos da Lingüística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MIRA MATEUS, Maria Helena. Elaboração de glossários: problemas, métodos e técnicas In: PEREIRA, Cilene da Cunha. *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 289-298.
- NAGAO, Makoto. A methodology for the construction of a terminology dictionary In: ATKINS, B.T.S.; ZAMPOLLI, A. (eds.) *Computational approaches to the lexicon*. Nova York: Oxford University Press, 1994.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

- OLIVEIRA, Gracinéa Imaculada. *Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- PASTOR MILÁN, María de los Ángeles. Los campos léxicos del español. Teoría y práctica In: FRADE, José Manuel Oliver *et al.* (coords.). *Cien años de investigación semántica: de Michel Bréal a la actualidad*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2000. p. 775-788.
- PAVEL, S.; NOLET, D. *Manual de Terminología (on-line)*. Tradução para o português de Enilde Faulstich. 2012. Disponível em: <http://www.translationbureau.gc.ca/pwgsc_internet/en/publications/documents/presport.pdf> (Acesso em: fevereiro de 2011).
- POTTIER, B. *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid: Gredos, 1968.
- ROSCH, Eleanor. Principles of categorization In: ROSCH, Eleanor; LLYOD, B.B. (Org.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1978.
- SCHAETZEN, C. Corpus et Terminologie: constitution de corpus spécialisés pour la confection de dictionnaires. *Revue Française de Linguistique appliquée*. Dossier Corpus: de leur constitution à leur exploitation. Vol 1-2, décembre, 1996. p. 57-76.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 1ª edição. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 tomos.
- SOUZA, Ivan Pereira de Souza. *Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH, USP, São Paulo, 2007.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica/Edusp, 1994.
- STREHLER, René G. A socioterminologia como base para a elaboração de glossários. *Revista Ciência da Informação*. V.24, n.3, set-dez 1995. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1995.
- TRUJILLO, R. *El campo semántico de la valoración intelectual en español*. La Laguna: Universidad de La Laguna, 1970.
- _____. Para una discusión del concepto de campo semántico In: WOTJAK, G. *Teoría del campo y semántica léxica / Théorie des champs et sémantique lexicale*. Francfort: Peter Lang, 1998. p. 87-125.